

A CULTURA E O PADRÃO IMPOSTO PELA GLOBALIZAÇÃO: UM PARADIGMA

Patrícia Maria Konzen Klamt¹

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade abordar a relação entre a cultura, como manifestação das características de um povo, e a globalização, que impõe um padrão homogêneo, nas mais variadas facetas, aos indivíduos. Será abordada a importância da preservação dos elementos culturais através do tempo, bem como a sua importância no contexto espacial. Com isso, se almeja propor um debate sobre como os padrões de consumo e a economia globalizada interferem na perpetuação de costumes, saberes e fazeres de um povo, que são característicos e individuais, e em face da modernização acabam por ser inferiorizados. E ainda como os modelos europeus e norte-americanos de desenvolvimento influenciam no processo de fortalecimento da cultura local de uma população.

Palavras-chave: cultura; globalização; eurocentrismo.

Abstract: This study aims to address the relationship between culture, as a manifestation of the characteristics of a people, and globalization, which imposes a homogenous pattern, in the most varied aspects, to individuals. The importance of the preservation of cultural elements over time, as well as their importance in the spatial context, will be addressed. With this, we aim to propose a debate about how consumption patterns and the globalized economy interfere in the perpetuation of customs, knowledges and actions of a people, that are characteristic and individual, and in the face of modernization, they become inferior. And how European and North American models of development influence the process of strengthening the local culture of a population.

Key Words: culture; globalization; eurocentrism.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em Desenvolvimento Regional, muitas abordagens surgem. A primeira delas, na maioria das vezes, se refere a crescimento econômico, geração

¹Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Especialista em Direito Ambiental pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (2015). Bacharel em Direito pela UNISC (2009). *Email:* patrikon@unisc.br.

de riqueza, enriquecimento das cidades, consumo de massa. Porém, existem outros pressupostos para este tema: o desenvolvimento é, além disso, a geração de bem-estar e de bem viver para os indivíduos de determinado espaço, de maneira igualitária entre todos.

Desta forma, para Lencioni (1999), é importante considerar, neste contexto, o homem enquanto indivíduo que carrega valores culturais e sociais – e não somente um ser que gera riqueza ou um dado estatístico – e o local onde vive, um produto da história e da cultura. Assim, pode-se dizer que região passa a ser concebida como “uma construção mental, individual, mas, também, submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva” (LENCIONI, 1999, p. 155), justamente por ser fruto desta heterogeneidade.

Deste modo, a cultura é uma forma de oposição à globalização, à medida em que preservam identidades, saberes, conhecimentos, tradições, entre outros importantes aspectos do indivíduo e da sociedade. A cultura se coloca de forma contrária à homogeneização imposta pela globalização, que transforma todos os indivíduos em consumidores, meros compradores passivos de produtos homogêneos, sem diferenciação, sem valores característicos e históricos de um povo. E é protegida pela Constituição Federal brasileira como um direito do cidadão.

Neste contexto, será utilizado o método hermenêutico de pesquisa, devido à natureza do estudo desenvolvido, valendo-se da pesquisa bibliográfica como fonte para a formação argumentativa. Assim, este estudo aborda a questão da cultura enquanto formadora do indivíduo e também produto de sua ação, em oposição ao consumo desenfreado e homogêneo e à globalização, que gera uma padronização aos moldes das grandes transnacionais globais. Serão abordados os diferentes conceitos e como eles se apresentam no contexto social da atualidade.

2 O SER HUMANO COMO INDIVÍDUO CULTURAL

As marcas da vivência humana estão presentes por todo o planeta. Vestígios arqueológicos, moldes arquitetônicos, música, dança, uma infinidade de manifestações, tanto concretas quanto abstratas. Segundo a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco em 2003, o patrimônio cultural imaterial compreende as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas, além

de instrumentos, objetos, artefatos e lugares associados a estas manifestações, todos estes reconhecidos por diferentes grupos como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Neste contexto, a cultura, seus fundamentos e suas expressões têm sido objeto de estudo através dos séculos, dada a sua complexidade e diferentes formas de concretização. Para Guerra e Silva (2012), a cultura pode ser definida de duas formas: a primeira delas, a qual os autores chamam de *ampla ou antropológica*, pressupõe que a cultura é composta por um conjunto de elementos característicos de um povo, uma comunidade determinada; a segunda, a qual é por eles intitulada *específica*, coloca que ela compreende as atividades relacionadas às diversas expressões de arte. Para Ortiz,

A esfera da cultura é um domínio dos símbolos, e sabemos, o símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas. Neste sentido, o homem é um animal simbólico, e a linguagem uma das ferramentas imprescindíveis que define sua humanidade. Não existe, portanto, sociedade sem cultura, da mesma maneira que linguagem e sociedade são interdependentes. (ORTIZ, 2008, p. 123)

Segundo Hall (1997), são os códigos de significado que conferem sentido às ações humanas, os quais permitem, também, interpretar as ações das outras pessoas, e “Contribuem para assegurar que toda ação social é ‘cultural’, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p. 16). Ou seja, cada ação humana tem um significado, que reflete nos seus pares, de diferentes formas.

Conforme Guerra e Silva (2012), os antropólogos definem a cultura como o universo das maneiras de viver de determinado povo, considerando tanto aspectos materiais quanto imateriais de sua vivência, como o vestuário, a alimentação, as religiões, os costumes, as crenças. É uma manifestação de poder, uma vez que é a cultura quem dita o rumo de uma sociedade, quando unida por ela:

Um traço que não deve ser esquecido é seu poder regulador sobre a vida dos indivíduos que nela emergem, dela fazendo parte de forma ativa e passiva, moldando, sobretudo inconscientemente, suas atitudes, valores, emoções, objetivos, corporalidades, comportamentos e sua personalidade. Os homens e mulheres, os grupos dos mais diferentes tipos que eles constituem, existem dentro e através da mediação da cultura. (GUERRA; SILVA, 2012, p. 201)

Desta forma, Hall (1997) afirma que as identidades são formadas culturalmente. Para ele, é como se ela estivesse internalizada em cada indivíduo, e

fosse construída a partir de uma soma de fatos, sentimentos, histórias e experiências, que são individuais e diferentes em cada um, e que influenciam cada pessoa de forma distinta – mesmo aquelas que tenham vivido as mesmas situações. Deste modo, as identidades sociais são construídas por meio da cultura, e “Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais [exteriores] fornecem ou que nos subjetivemos [dentro deles] (HALL, 1997, p. 26-27). Assim, para o autor, torna-se sempre mais complexo distinguir interior e exterior quando há interferência da cultura, uma vez que ela é, também, moldada a partir das vivências particulares do indivíduo.

Ortiz (2008) comenta que ações voltadas ao cultural são importantes para preservar as características, principalmente, de pequenas comunidades, pois elas, muitas vezes, se perdem no tempo, por inúmeras razões. Para ele,

Uma política cultural para o desenvolvimento isola determinados aspectos, privilegia alguns pontos, e atua numa direção específica. Ela pode assim propor, numa pequena comunidade, a valorização das tarefas femininas ou o incentivo de mecanismos que contribuiriam para uma melhor exploração do turismo. Um traço característico de qualquer proposta cultural é a obtenção de resultados e a possibilidade de se avaliar o que foi realizado. (ORTIZ, 2008, p. 126)

Chartier (1995) chama a atenção para a cultura popular. Para o autor, ela se caracteriza como um sistema simbólico autônomo, cuja lógica é totalmente diferente da cultura erudita, ou seja, um mundo à parte. Por outro lado, ela é objeto dominado em relação à cultura dominante, “[...] inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada” (CHARTIER, 1995, p. 179-180). Para o autor, a repartição dos modelos de cultura se dá de forma mais complexa, conforme sua apropriação por parte dos grupos e dos indivíduos.

Não se pode mais aceitar acriticamente uma sociologia da distribuição que supõe implicitamente que à hierarquia das classes ou grupos corresponde uma hierarquia paralela das produções e dos hábitos culturais. Em toda sociedade, as formas de apropriação dos textos, dos códigos, dos modelos compartilhados são tão ou mais geradoras de distinção que as práticas próprias de cada grupo social. (CHARTIER, 1995, p. 184)

Neste interim, a cultura popular tem papel essencial na preservação das características de um povo, visto que ela abriga os saberes e fazeres da comunidade. É na busca pela perpetuação da cultura que se encontra um obstáculo: a globalização.

3 REFLEXOS DO NOVO CONTEXTO GLOBAL SOBRE O SER E FAZER HUMANO

Neste contexto, considerando que a cultura é um movimento presente nas mais diversas comunidades, que se caracteriza por representar os seus costumes, e que ela é influenciada pelo meio, por assim dizer, cabe fazer uma análise com relação aos impactos que a modernidade tem trazido, pressupondo que todo e qualquer avanço pode ser considerado desenvolvimento. Ortiz (2008) afirma que este, enquanto significado de progresso econômico e tecnológico ou de valores políticos, como a democracia, é uma criação ou uma conquista das sociedades modernas, e se impõe por meio do sistema urbano-industrial atual. Como exemplo, o autor cita o contexto de dois grupos: os bárbaros, habitantes do Oriente, e os civilizados, ocidentais; os bárbaros poderiam *desenvolver-se* e tornarem-se *civilizados*; porém, isso seria a partir de uma visão eurocêntrica, por muito tempo considerada a correta, e que tinha a cultura bárbara como indigna, errada; daí o termo “civilizado” ter como significado “Diz-se de ou indivíduo que tem civilização; sociável. Diz-se de ou indivíduo que tem civilidade, que é bem-educado; cortês, urbano. Diz-se de ou indivíduo instruído” (MICHAELIS, 2017).

Mas a visão eurocêntrica é somente uma de muitas visões de desenvolvimento, uma característica da sociedade, que não possuía a prerrogativa de definir cultura certa e cultura errada – até porque não há certo e errado nas manifestações culturais. O autor critica o olhar a partir do eurocentrismo:

Não tenho dúvidas que durante muito tempo a discussão em torno da modernidade esteve marcada por um profundo eurocentrismo. Podemos resumi-la assim: a modernidade é ocidental; a partir de um centro ela se irradia para o planeta; ela é o padrão de excelência em relação ao qual todos os outros “desenvolvimentos” deveriam ser comparados [mensurados]; isto permitiria dividir os povos, países e regiões em “mais” ou “menos” modernos [basta lermos a sociologia da modernização produzida nos Estados Unidos nos anos 40 e 50 para nos darmos conta disso]. O raciocínio pressupõe um tempo linear e homogêneo, ele avança de maneira contínua em relação ao futuro, e uma visão teleológica, o centro europeu [norte-americano] projetaria para os outros o caminho a ser seguido. [...] Porém, gostaria de perguntar: a modernidade é realmente ocidental? (ORTIZ, 2008, p. 125)

Diante do questionamento do autor, cabe também indagar: por que desenvolvimento significou, e ainda significa, riqueza, luxo, elite, refinamento, masculino, branco? A ótica eurocêntrica diz que aqueles que não pertencem ao seu mundo são subdesenvolvidos, atrasados, são o Sul, como dizia Boaventura de Souza Santos (2009). E eles, autointitulados de Norte, seriam os superiores, cultos e desenvolvidos, a expressão do progresso. E que somente sua cultura seria digna de reconhecimento e de se transmitir através das gerações. Mais ainda: deveria ser um padrão para todas as sociedades ao redor do planeta.

Guerra e Silva (2012) afirmam que as diversas visões de desenvolvimento, dentro da visão eurocêntrica, se relacionam, basicamente, com conceitos como “[...] *crescimento econômico, industrialização, avanço tecnológico, progresso da ciência, democracia, sustentabilidade ambiental, aperfeiçoamento ético* e outras dessa natureza [...]” (GUERRA; SILVA, 2012, p. 198) (grifos do autor) e, da mesma forma que Ortiz (2008), colocam-no como uma invenção da era moderna. Além disso, frisam que o desenvolvimento pertence à racionalidade. Desta forma, os autores têm que “[...] pensamos ser de importância fundamental discutir os efeitos da universalização de termos e práticas discursivas, de regimes de verdade em cujo âmbito o próprio debate teórico e aquele localizado no campo da política sobre a relação aqui focalizada têm sido realizados” (GUERRA; SILVA, 2012, p. 199). Para estes autores, esta discussão é essencial no sentido de analisar os impactos das hegemonias dos modelos de desenvolvimento impostos, bem como o papel da cultura no enfrentamento das divergências das distintas coletividades, enquanto fatores decisivos na construção de ideias, práticas e utopias da sociedade.

Ou seja, com o passar das décadas e uma maior modernização de práticas, de produtos, das indústrias, se promoveu também a padronização dos modelos de consumo, de comportamento, de beleza, de profissão e, conseqüentemente, da cultura. Esta, a cultura eurocêntrica, a dita correta e ideal.

Porém, em contraponto ao desenvolvimento (eurocêntrico) e ao crescimento desenfreados – visando unicamente a geração de riqueza, concentrada em grupos restritos– ,Guerra e Silva (2012) colocam que existe uma crítica cultural a este modelo de desenvolvimento, crítica esta caracterizada por questionamentos à visão desenvolvimentista de origem europeia e norte-americana, construída a partir do olhar de economistas e de instituições financeiras.

Nesses discursos, seria operacionalizada uma definição de cultura como sistema de controle que estabelece classificações, hierarquizações entre países, economias, regiões ambigualmente definidas como do *Norte* e do *Sul*, o que teria como consequências centrais a criação e extensão das desigualdades entre países *ricos* e *pobres* [e dentro deles, entre as regiões mais e menos modernizadas, ocidentalizadas], as quais resultaram em taxonomias tais como as indicativas de graus de *desenvolvimento* – *desenvolvido*, *subdesenvolvido*, *em desenvolvimento*–, e num vocabulário que inclui expressões do tipo *Terceiro Mundo* e *países emergentes*.(GUERRA; SILVA, 2012, p. 197) (grifos do autor)

Dentro desta nova configuração, de homogeneidade de práticas, produtos e ações, Hall (1997) afirma que a cultura tem resistido e passado a assumir importante função referente à estrutura e à organização da sociedade moderna, ao desenvolvimento do meio ambiente global e à disponibilidade dos seus recursos. Segundo o autor, muitas transformações foram antecipadas pela cultura, possibilitadas pelos meios de comunicação. Isso porque, por meio da mídia, foi facilitado o acesso a novas informações sobre outros modos de vida, outros locais, outras atividades, além de, obviamente, do próprio consumo – hoje, com a facilidade da *internet*, pesquisa-se e compra-se praticamente tudo sem precisar sair de casa. Assim, a cultura

[...] é um elemento-chave no modo como o meio ambiente doméstico é atrelado, pelo consumo, às tendências e modas mundiais. É trazida para dentro de nossos lares através dos esportes e das revistas esportivas, que frequentemente vendem uma imagem de íntima associação ao “lugar” e ao local através da cultura do futebol contemporâneo. Elas mostram uma curiosa nostalgia em relação a uma “comunidade imaginada”, na verdade, uma nostalgia das culturas vividas de importantes “locais” que foram profundamente transformadas, senão totalmente destruídas, pela mudança econômica e pelo declínio industrial. (HALL, 1997, p. 22)

Mesmo assim, Hall (1997) destaca ainda que a mídia tem encurtado distâncias e também o tempo, como exemplo que ele próprio expõe, da Bolsa de Valores: nas suas operações, intervalos de minutos representam negócios milionários. Para o autor, “Estes são os novos ‘sistemas nervosos’ que enredam numa teia sociedades com histórias distintas, diferentes modos de vida, em estágios diversos de desenvolvimento e situadas em diferentes fusos horários” (HALL, 1997, p. 18). São essas mudanças, em nível global, que impactam o modo e o sentido da vida para os indivíduos no que se refere à cultura em nível local. Desta forma, a mídia exerce importante papel neste meio, uma vez que ela é,

[...] ao mesmo tempo, uma parte crítica na infra-estrutura material das sociedades modernas, e, também, um dos principais meios de circulação das ideias e imagens vigentes nestas sociedades. Hoje, a mídia sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o

movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria prima e marketing de produtos e ideias. (HALL, 1997, p. 17)

A facilidade de comunicação e de acesso à informação não só beneficia a homogeneização da cultura. Para Aguinaga (2006), também possibilita a própria divulgação da cultura popular, pois esta pode se utilizar dos mesmos instrumentos da cultura de massa para a sua propagação.

Hall (1997) também destaca que, devido ao processo de globalização e do consumo de massa, antes o que se investia na indústria pesada, como carvão e aço, hoje se investe no que ele chama de sistemas do futuro, que são as tecnologias de comunicação e informática, também chamadas de indústria sem fábrica. Neste contexto, Guerra e Silva (2012) destacam que as décadas de 1950 e 1960 foram os períodos em que o papel da cultura no desenvolvimento foi mais trabalhado por pesquisadores e pensadores de várias áreas e pelos defensores da modernização, dado este cenário. Concluíram que a cultura é um sistema independente de cada comunidade ou região, que as distingue uma da outra. Ou seja, não se tem uma cultura menos valiosa, ou mais bárbara; apenas cada povo tem uma cultura diferente, e cabe aos demais respeitá-la.

Hall (1997) destaca também que contra a homogeneização global existem muitos movimentos resistentes, sendo, na sua maioria, positivos, mas estes não são unanimidade. Ele cita exemplos destas exceções: o fundamentalismo islâmico no Oriente Médio, e o ressurgimento dos nacionalismos étnicos na Europa Central e Oriental. São movimentos de grupos que não se enquadram nos padrões globais, e que veem nas suas particularidades uma forma de oposição, mas que muitas vezes tornam-se obsessivas e violentas, como os homens-bomba e os grupos neonazistas.

[...] a atitude anti-imigrante e a postura euro-cética de muitas sociedades do ocidente europeu, e o nacionalismo cultural na forma de reafirmações da herança e da tradição [...], embora tão diferentes entre si, podem ser considerados como reações culturais conservadoras, fazendo parte do retrocesso causado pela disseminação da diversidade efetuada pelas forças da globalização cultural. (HALL, 1997, p. 19-20)

São questões complexas que relacionam cultura, resistência e globalização. Estão vinculados à escala de transformações nas relações globais, muitas delas modificadas tanto pela revolução da cultura através do tempo e também da informação.

Queiramos ou não, aprovemos ou não, as novas forças e relações postas em movimento por esse processo estão tomando menos nítidos muitos dos padrões e das tradições do passado. Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos - e mais imprevisíveis - da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma "política cultural". (HALL, 1997, p. 20)

É assim que se apresenta diante da humanidade um paradigma: lutar pelas diferenças ou sucumbir aos padrões impostos.

4 CULTURA, PRESERVAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Para Aguinaga (2006), o processo de globalização influencia todos os aspectos da vida humana e, neste contexto, a cultura surge como um importante elemento presente nesta dinâmica. Desta forma, “[...] o mercado vai impondo elementos da cultura de massa, indispensáveis à expansão das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural” (AGUINAGA, 2006, p. 6).

Para a autora, a globalização se estabelece como mudança de hábitos de consumo e de tradições locais, por meio da comunicação de massa, impondo “[...] um viver, um sentir, um pensar cada vez mais parecido e comum” ao passo de que “a valorização da diversidade cultural constitui um bem de incomensurável valor. A questão cultural torna-se mais visível, assim como a preocupação com a sua proteção e continuidade” (AGUINAGA, 2006, p. 6).

Neste contexto, Ortiz (2008) coloca que o vínculo entre cultura e desenvolvimento é decisivo, pois por meio dessa inter-relação é possível trabalhar pela erradicação da pobreza, pelas questões de gênero e também pela preservação do meio ambiente, considerando que os aspectos culturais presentes em cada indivíduo e também as características do local onde vive podem ditar a melhor forma de lidar com as dificuldades vividas por um povo, e buscar um novo caminho. “Dizer que as culturas são um ‘patrimônio da humanidade’ significa considerar a diversidade enquanto um valor, se não ‘universal’, pelo menos, extensivo a um conjunto amplo de indivíduos” (ORTIZ, 2008, p. 126).

Nesta mesma linha, Hall (1997) também destaca que a mudança do espaço-tempo, gerada pelas novas tecnologias, gerou uma tendência à homogeneização cultural, que faz com que o mundo único, com um padrão cultural, provocado pela explosão das empresas transnacionais, principalmente da área de comunicação.

Isso favorece “[...] a transmissão para o mundo de um conjunto de produtos culturais estandardizados, utilizando tecnologias ocidentais padronizadas, apagando as particularidades e diferenças locais e produzindo, em seu lugar, uma ‘cultura mundial’ homogeneizada, ocidentalizada” (HALL, 1997, p. 18). Ou seja, quem mais contribui com esse processo de unificação são os meios de comunicação, justamente por difundir a cultura do consumo de massa, aos modos do “Mc Donald’s”, como o próprio autor menciona.

Para Guerra e Silva (2012), a relação cultura-desenvolvimento perpassa a problematização das desigualdades globais e a hierarquização dos países, de suas culturas e seus modelos de desenvolvimento, contexto em que as relações de poder determinam onde são aplicados dos recursos financeiros, bem como propostas de mudanças culturais para atingir o dito desenvolvimento. Baseando-se na expressão cunhada por Hall (1992) “*o Leste e o Resto*”, Guerra e Silva (2012) destacam as relações de poder entre o Leste Europeu e os Estados Unidos, com suas sociedades industrializadas e ricas, e os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que seriam “*o Resto*”.

Ele descreve essas relações em termos de um sistema de representações discursivas poderosamente pervasivo, o qual tem *construído* os países que não fazem parte das regiões acima citadas como *inferiores*, e vai orientando e influenciando uma economia política que coloca em relação os *desenvolvidos*, os *subdesenvolvidos* e os *em desenvolvimento*. (GUERRA; SILVA, 2012, p. 202) (grifos do autor)

Outro viés de análise pode ser o da Epistemologia do Norte e do Sul, apresentada por Boaventura de Sousa Santos (2009), já citada, que, nesta mesma linha, coloca os países do Norte, desenvolvidos, industrializados, ricos, de elite branca e masculina, como superiores e detentores do conhecimento em relação aos países do Sul, subdesenvolvidos, rurais, pobres, pretos, femininos, conforme mencionado anteriormente.

Um ponto central da reflexão aqui proposta é a necessidade de desnaturalizar os discursos que constroem/constituem alguns países/algumas regiões como superiores, como modelos de imitação, os quais subjazem ao conhecimento autorizado sobre o mundo e seu funcionamento. Esse conhecimento é dominado, em termos da relação entre países, pelas imagens construídas e originadas nos países do Leste Europeu e Estados Unidos [também denominados *países do Norte*] sobre si mesmos e sobre *o Resto*. (GUERRA; SILVA, 2012, p. 202-203) (grifos do autor)

Guerra e Silva (2012) se indagam sobre como e por que o “Leste” se sobrepõe ao “Resto”. Para eles, com base em Hall (1992), isso se deu pela capacidade desses países em se impor no sentido de estabelecer um “[...] um vocabulário da superioridade do modelo ocidental de *desenvolvimento*, para o qual contribuíram decisivamente os processos de colonização europeia” (GUERRA; SILVA, 2012, p. 203) (grifo do autor). E, ainda, destacam o papel fundamental da produção midiática, que disseminou o modo de vida norte-americano como “[...] o sonho inescapável para todo o planeta” (GUERRA; SILVA, 2012, p. 204), bem como a hegemonização das discussões em torno do desenvolvimento e suas variações de cunho econômico, social e antropológico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que existe uma grande disputa entre a cultura e a globalização. A cultura é a forma de manter a identidade de um povo através do tempo. A globalização é o meio de “tornar a vida mais fácil”, pois se há um padrão, não há divergências de valores, de costumes, de formas de pensar e de consumir; ou seja, é viver todos de igual maneira, sem características próprias. Afinal, quem já buscou saber qual a história do hambúrguer? Ele tem história? Mas todos os gaúchos conhecem a origem do chimarrão, todos os brasileiros sabem como surgiu a feijoada. Mas, um produto padronizado, homogeneizado e globalizado tem história?

Uma vez que a globalização cria hierarquias e define prioridades conforme os interesses dominantes, é importante mencionar Brandão, ao afirmar que “O desenvolvimento desigual, envolvendo processos de dominação e irreversibilidades diferenciais, impõe hierarquias, relações de força assimetricamente constituídas e exercidas por variados veículos de poder” (BRANDÃO, 2011, p. 28). Desta forma, existe uma força esmagadora no que se entende por desenvolvimento, que desmantela povos, fragiliza costumes e substitui a cultura de um grupo por um produto pronto e pensado apenas para consumo.

Nesse sentido, uma visão mais abrangente sobre o que significa pensar o desenvolvimento, seja regional ou em outro âmbito, deve levar em conta as características de cada comunidade, para que se possa chegar a um “real” desenvolvimento. Será possível visualizar prosperidade quando desenvolvimento e cultura estiverem em sintonia.

REFERÊNCIAS

AGUINAGA, Karyn Ferreira Souza. A Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial e os Conhecimentos Tradicionais. In: CONGRESSO NACIONAL DO COMPEDI - DIREITO, BIODIVERSIDADE E SOBERANIA NA AMAZÔNIA, 15.,2006, Manaus. **Anais...** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BRANDÃO, Carlos. A Busca da Utopia do Planejamento Regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 17-37, jan./jun. 2011.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito histórico. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16 , 1995, p. 179-192.

GUERRA, L. D.; SILVA, J.B. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate. In: BRASILEIRO, M.D.S.; MEDINA, J.C.C.; CORIOLANO, L.N. (Orgs). **Turismo, cultura e desenvolvimento [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 195-233.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Cultura, Mídia e Educação - Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n 2, p 15-46, jul./dez. 1997.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. Salvador: **Políticas Culturais em Revista**, 1(1), p. 122-128, 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: CES, 2009.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003.